

## **EDUCAÇÃO POPULAR E O CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – CFES/SUL**

Telmo Adams – UNISINOS

Agência Financiadora: CNPq

### **Resumo**

O trabalho tem como objetivo compreender como os princípios e práticas da educação popular estão presentes em espaços da Economia Solidária, sobretudo na realização do programa de política pública de educação com educadores e educadoras dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por meio do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES/Sul). Como referenciais utilizam-se autores reconhecidos das áreas da educação popular e da economia solidária. O estudo é decorrente de pesquisa com método participativo, com destaque à observação participante fundamentada na tradição latino-americana da pesquisa participante. Entre os resultados destacam-se limites e possibilidades da educação popular em espaços de economia solidária. Praticá-la por meio da autogestão da pedagogia e pedagogia da autogestão constitui-se uma possibilidade promissora, porém de difícil efetivação em função do grau de exigência que recai sobre participantes, muitas vezes iniciantes na caminhada da economia solidária. Pode-se concluir que se trata de uma perspectiva ousada que se coloca como um horizonte utópico e inspira a prática de educadores e educadoras de empreendimentos e entidades que participaram das atividades do CFES/Sul.

Palavras-chave: educação popular; economia solidária; pedagogia da autogestão, CFES/Sul.

### **Introdução**

Partimos do pressuposto de que não se pode conceituar isoladamente a educação popular sem inseri-la em cada contexto sócio-histórico. Em decorrência, admitimos a necessidade de sua ressignificação em cada realidade, em cada momento histórico. A partir da década de 1950, a realidade social a ser transformada passou por mudanças profundas e os desafios apresentam-se com novas exigências de compreensão e possibilidade de enfrentamento, em função da crescente complexidade dos mesmos sempre em novos contextos. No Brasil, antes da ditadura militar, a maneira de inserir-se na realidade para transformá-la era distinta daquela do período em que tal regime vigorou. A luta pela democratização e de combate ao capitalismo e seus efeitos trouxe novas demandas sociais que passaram a exigir uma atitude propositiva para além da denúncia. A educação popular assumiu, naquele contexto, a tarefa de articular a formação política com a construção de alternativas concretas em âmbito local, na relação com uma proposta ampla de transformação social. O momento histórico ensejava a luta contra as dominações e a preparação de pessoas para uma efetiva organização e participação popular; e isto sem abrir mão do combate ao capitalismo e

seus desastrosos efeitos sobre a maioria da população. Reconhecidamente as ideias de Paulo Freire estão na origem da educação popular na América Latina.

Foi no período de reconstrução democrática durante a década de 1980 que se deram os passos para, no decorrer dos anos 1990, consolidar a reinvenção da Economia (Popular) Solidária no Brasil (ADAMS, 2010). Desde as primeiras experiências de geração de trabalho e renda, a preocupação de uma educação de caráter popular estava presente, visto que eram educadores das igrejas e ONGs, identificados com esta metodologia. O avanço para tornar a educação nos espaços da economia solidária uma política pública ganhou corpo a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, desde 2003. Mas foi apenas em 2008 que se consolidou a possibilidade de um programa de educação que se viabilizou por meio dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES). Embora tímida, esta política pública sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-MTE) busca responder a uma das demandas do movimento de economia solidária que há muito vem sendo construída a partir dos indicativos apontados pelos diferentes atores envolvidos. Estes foram dando a tônica do que se esperava de uma política de educação em economia solidária por meio de indicativos que apontavam para a necessidade estratégica de trazer a educação, em suas múltiplas facetas, para dentro do movimento de economia solidária.

Para melhor compreender as atuais possibilidades e desafios da educação na economia solidária, iniciaremos com uma contextualização trazendo à memória processos históricos e a posterior constituição de uma política nacional de formação em economia solidária por meio dos Centros de formação em economia solidária – CFES. Nossa análise tem como foco o CFES/Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)<sup>1</sup>. Como última parte, procedemos a uma análise de práticas educativas para compreender de que maneira estão presentes os princípios e métodos de educação popular na economia solidária num espaço favorável à prática de autogestão.

### **Uma retomada histórica da educação popular**

Segundo diversos autores, a produção pedagógica latino-americana mais original e significativa, com destaque ao aporte de Paulo Freire, foi reconhecidamente a educação

---

<sup>1</sup> O Centro de Formação em Economia Solidária da região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em seu primeiro projeto concluído no final de 2012, esteve sob a responsabilidade da Universidade do Vale do Rio dos Sinos de São Leopoldo, em parceria com outras instituições.

popular (MEJÍA J., 2006). Em sentido estrito, a Educação Popular se consolida no Brasil a partir de 1964, no período da ditadura militar. “A Educação Popular surge em um contexto de ditaduras militares, de luta contra elas, propondo uma sociedade alternativa. Existia um projeto político pelo qual se lutava. Tratava-se de um projeto alternativo” (ARGÜELO, 2006, p. 231). Como bem sintetiza Zitkoski (2010, p. 14), “a proposta freiriana convergiu para um grande movimento de práxis transformadora que foi emergindo da realidade social latino-americana e passou a contar com inúmeros líderes, intelectuais e educadores do mundo todo”.

O Movimento de Educação de Base (MEB) constituiu-se um laboratório importante por meio de um convênio entre governo federal brasileiro e a Conferência Episcopal Brasileira, no ano de 1961. Aos poucos o trabalho educativo desenvolvido nas comunidades com essa experiência precursora ia assumindo as características de uma educação popular. A experiência fortaleceu-se com os círculos de cultura e todo o Movimento de Cultura Popular, especialmente na região nordeste do Brasil.

Foi na década de 1950 que Paulo Freire iniciou suas experiências de educação libertadora no governo populista de João Goulart (TORRES C., 2008). Mas a teorização de Freire sobre os fundamentos da educação popular acabou ocorrendo durante o seu exílio no Chile, com o nascimento de suas principais obras: “A educação como Prática da Liberdade” e a “Pedagogia do Oprimido”. Um dos eixos mais destacados da pedagogia de Freire foi o da conscientização que gerou também desvios de compreensão quando, em alguns casos, esta foi destituída da ação e do sentido político, algo que estava intrinsecamente integrado na concepção do autor. Na compreensão de Freire, “a conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão” (FREIRE, 2001, p. 30) como uma unidade dialética. Para Freire (1978), a reflexão deve conduzir à prática e o momento da ação se torna autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica (p. 57). A libertação autêntica “é práxis que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (p. 77). É aí que se encontra a possibilidade libertadora da educação onde educadores e educandos aprendam a ler a realidade para escrever sua história (TORRES, C., 2008). Para este autor, compreender criticamente seu mundo e atuar para transformá-lo, confere à educação o caráter político que lhe é intrínseco, associado ainda ao sentido do “popular” como “um processo que busca superar as relações de domínio, de opressão, de discriminação, de exploração, de desigualdade e exclusão” (JARA, H., 2006, p. 236).

Ação e mundo estão dialeticamente relacionados, sem dicotomia entre ação e reflexão. É nesta perspectiva que Freire agrega a centralidade do diálogo, a dimensão da esperança e o cultivo da utopia de que o mundo pode ser transformado (ADAMS, 2010). A educação popular pode ser compreendida como diálogo de saberes que constrói conhecimento e amplia o universo de sentido dos sujeitos envolvidos. Diálogo este que possibilita trilhar o caminho de uma concepção dialética onde se reconhecem determinações ou condicionamentos das estruturas econômicas na conformação das subjetividades sociais.

Como síntese, de um conceito aberto de educação popular, Alfonso Torres destaca:

[...] la Educación Popular puede hoy entenderse como un conjunto de actores, prácticas y discursos que se identifican en torno a unas ideas centrales: su posicionamiento crítico frente al sistema social imperante, su orientación ética y política emancipadora, su opción con los sectores y movimientos populares, su intención de contribuir a que éstos se constituyan en sujetos a partir del ensanchamiento de su conciencia y subjetividad, y por la utilización de métodos participativos, dialógicos y críticos” (TORRES, 2008, p. 76).

Vale registrar que, como um fenômeno sociocultural, a educação popular é multiplicidade e não uniformidade. Carregado de empenho e utopia compõe-se por uma multiplicidade de práticas e propostas teórico-metodológicas com características diversas e complexas, mas que tem em comum a intencionalidade transformadora (JARA, 2006).

E nesse sentido, a variedade de práticas pode ser associada a duas grandes correntes: a que aproxima a concepção e prática radicalizando a perspectiva política da educação; e a que, ainda dentro de uma perspectiva crítica, tem enfatizado mais a dimensão pedagógica. Nessa tensão histórica entre as duas ênfases pode-se apontar como possibilidades uma unidade dialética entre o político e pedagógico como algo constitutivo da identidade da EP, tendo como horizonte o processo de libertação de grupos subalternos da sociedade. A indicação vai na linha de uma dupla via: politizar as práticas educativas com uma intencionalidade transformadora; e pedagogizar a política em vista da ação transformadora organizada, sobretudo dos movimentos sociais populares, em espaços educativos com suas mediações pedagógicas <sup>2</sup> (TORRES, 2008; ADAMS, 2010).

---

<sup>2</sup> Mediações pedagógicas são as relações sociais, de interação ou conflito, sejam provocadas por dimensões objetivas como subjetivas, que oportunizam, de alguma forma, aprendizados (ADAMS, 2010).

De modo mais visível, desde a década de 1990, as práticas de educação popular foram se multiplicando em novos espaços, com alargamento da consciência política para outras dimensões como a ecológica, com respeito à diversidade cultural, geracional, religiosa, étnica, de gênero, fortalecendo o ingrediente ético e estético. Para Conceição Paludo (2006), além da retomada da *dimensão política* da educação e organização do povo, aparecem outras centralidades como a *dimensão cultural* (resgate da cultura, construção da identidade, leitura crítica da realidade, respeito à diversidade e vivência da interculturalidade...); a *dimensão ética* destacando a vivência dos valores, diálogo e da participação; a *dimensão psicoafetiva* que reforça a vivência amorosa, da alegria e da espiritualidade; a *dimensão corporal* que valoriza os cuidados com a vida saudável e com o bem-estar do corpo; e por fim, a *dimensão produtiva* que (re)valoriza o trabalho como princípio educativo. Esta dimensão tem sido uma identidade da economia solidária marcada pela especificidade de articular educação popular e economia, destacando-se como estratégia a mediação entre formação política e a econômica.

### **A economia solidária e a educação popular**

A reinvenção da economia solidária nos anos 1980 no Brasil, num período de crise econômica que atingiu duramente o mundo do trabalho, oportunizou a busca de alternativas ao desemprego e superação da miséria por essa via de organização. Mas, ao mesmo tempo, propôs-se a construir novas relações sociais de produção através do trabalho associado e autogestionário. As experiências de geração de trabalho e renda surgiram como células que deveriam se multiplicar e generalizar-se, resultando numa economia socializada, sem exploração do trabalho, sob a gestão dos trabalhadores e trabalhadoras.

O crescente empobrecimento das camadas da população em nossos países no final do século passado está diretamente relacionado às políticas neoliberais e à incapacidade da sociedade organizada de contrapor um projeto alternativo capaz de responder aos anseios de uma vida boa para toda população. Em decorrência, a organização de grupos empobrecidos e/ou desempregados ou subempregados estimulou a luta pela sobrevivência e levou a uma valorização da dimensão produtiva da vida material.

O Chile foi o primeiro país latino-americano a implantar as políticas neoliberais, na década de 1970. E foi também neste país que o movimento de economia popular,

pesquisado por Luiz Razeto (1990), generaliza-se na região de Santiago. Seus estudos sobre as organizações econômicas populares – OEPs – têm sido base da reflexão teórica de um conjunto de autores hoje atuantes no vasto campo da economia solidária. Para o pesquisador chileno, estas organizações e, mais amplamente, as de caráter solidário e alternativo, incluem “uma parte desse mundo popular que se encontra excluído ou marginalizado do mercado formal e das possibilidades de acesso às políticas redistributivas do Estado” (RAZETO, 1990, p. 176) e, a nosso modo de compreender, são aspectos essenciais para a prática da autogestão.

Razeto identifica o que tem designado de “fator C” que se manifesta no plano da produção, na cooperação no trabalho, no uso compartilhado de conhecimentos e informações, na gestão coletiva, na satisfação de necessidades de convivência e participação, no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos. Tal processo fortalece os fluxos e relações de reciprocidade, comensalidade e cooperação, combinadas com a troca mercantil (RAZETO, 1999).

No Brasil, as pesquisas desenvolvidas por Luiz Inácio Gaiger, Paul Singer e Marcos Arruda, a partir dos anos 1990, reconhecem um conjunto de experiências de caráter econômico que se constituem no germe que, no final da década, se consolida como economia solidária. A reinvenção da economia popular solidária por meio de um metódico e gradativo trabalho educativo em meio à organização de empreendimentos solidários como cooperativas populares, associações de produtores e consumidores, grupos de artesanato. Nesse processo foi fundamental a contribuição de educadores(as) que buscavam praticar os princípios e os métodos da educação popular.

O projeto político-pedagógico gestado pelo movimento de economia solidária enfatiza a consciência de que, na maneira de aprender os saberes da experiência acumulados, devem-se articular dimensões técnicas, políticas, culturais e econômicas, - essenciais na autogestão. Nestes aspectos está imbricado o “processo mais amplo de produção da vida social” (FISCHER & TIRIBA, 2009, p. 293), em que o trabalho constitui-se princípio educativo em função do sentido central que este tem como mediador na formação do ser humano na relação com a natureza.

Diversos autores que têm se preocupado com a dimensão pedagógica da autogestão alertam que esta se consolida quando a formação que acontece na atividade do trabalho articula a perspectiva à experimentação com a compreensão teórica. Nascimento (2011) destaca que o trabalho associado oportuniza um modo indutivo de formação com referência na experimentação. “As experimentações de autogestão

mobilizam os trabalhadores para uma tarefa concreta e, assim, adquirem no processo e modo indutivo uma formação para autogestão” (NASCIMENTO, 2011, p. 117). Para isso, a integração entre a formação técnica, a social e política com a formação cultural e moral. Como não lembrar aqui o princípio pedagógico de Freire sempre atual? “Se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático” (FREIRE, 1976, p. 92). O mesmo pode ser dito do saber da autogestão.

Quais as práticas educativas populares identificadas como uma pedagogia da autogestão ou autogestão da pedagogia no CFES/Sul?

### **Práticas educativas desenvolvidas no CFES/Sul**

Temos destacado que a peculiaridade da economia solidária evidencia-se na relação com o processo educativo articulado ao econômico. Ou seja, ao envolver explicitamente as relações de produção, por meio do trabalho associado como um espaço educativo, de aprendizado para a prática da autogestão. Esta especificidade apresenta-se de forma contraditória visto que a maior parte dos integrantes da economia solidária adere a ela por absoluta necessidade e não porque tenham identificação com a proposta educativa ou com o seu potencial transformador. Contudo, tal fato confirma a proposta estratégica de consenso assumida pelo movimento nacional de economia solidária ao identificar uma centralidade na dimensão técnica e profissional.

Em decorrência, da parte dos educadores(as) e gestores(as) engajados(as) na formulação e desenvolvimento desta política pública, busca-se ampliar essa compreensão da relação simbiótica entre educação e as questões técnicas em todos os espaços do movimento de economia solidária. Desta maneira, gradativamente, trabalhadores e trabalhadoras associados(as) vão se reconhecendo como educadores(as) populares. Um posicionamento explícito em relação a esta questão ocorreu no Seminário Nacional sobre Assistência Técnica (CFES Nacional, 2009). Os participantes optaram por alterar o termo “assistência técnica” para “assessoria técnica” para chamar a atenção sobre a necessidade de superar o dualismo entre técnica e educação. Não se trata de mera transferência de tecnologia, mas compreender a unidade, o vínculo mediador entre educação ético-política e técnico-produtiva. Esta posição foi assumida igualmente pela Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica (CFES Nacional, 2010), cuja orientação deveria ser implementada pelos CFES regionais.

Além do mais, os mesmos coletivos de representantes das diversas regiões do Brasil foram unânimes ao declarar que o processo da economia solidária assume a educação popular como estratégia de um projeto para uma outra sociedade por meio da criação coletiva de uma nova cultura do trabalho para viabilizar novas relações econômico-sociais que validem os conhecimentos dos trabalhadores e trabalhadoras (TIRIBA, 2008). Segue que a diretriz estruturante para a concepção do processo formativo/ educativo da economia solidária na perspectiva da educação popular propõe a autogestão como proposta político-metodológica.

O processo de coleta de informações deu-se através da observação participante em momentos diversos como cursos regionais, estaduais, encontros e seminários locais e um nacional, reuniões do comitê metodológico e Conselho Gestor, entre outros.

Nossa concepção metodológica assume a pesquisa como “uma forma de tradução de sentido produzido no interior de determinado sistema de relações...” (MELUCCI, 2005, p. 34). O campo empírico torna-se uma construção intersubjetiva dos significados em que o esforço de teorização da prática inclui, igualmente, a busca de compreensão das contradições, das continuidades e descontinuidades, das coerências e incoerências. A pesquisa assume um compromisso com a busca de resposta a desafios e incorpora-se à dinâmica de formação, participação e mobilização, potencializando a ação individual e coletiva para transformar situações locais e amplas. Nesta perspectiva, há uma identidade entre a pesquisa participante e a educação popular na medida em que as duas produzem conhecimento politicamente engajado (DEMO, 2008; FRANCO, 2005; BRANDÃO & STRECK, 2006). A observação participante possibilitou identificar aspectos do ambiente, das relações, do modo em que a atividade se desenrolou, como as pessoas foram desafiadas a participar e como elas efetivamente se envolveram. Permitiu estabelecer diálogos, captar interpretações, questionamentos, contradições e consensos. As nossas participações – ora como facilitador, ora como pesquisador – ocorreram sem uma distinção explícita no processo participante. Assim, ocorria ao mesmo tempo uma abordagem exploratória e interpretativa, com consciência dos limites por estarmos imersos em um contexto político-ideológico além da diversidade das experiências laborais, educativas e culturais.

Primeiramente, propusemo-nos a identificar elementos de educação popular na metodologia adotada nos cursos, o que apareceu na relação com a ideia da pedagogia da autogestão/ autogestão da pedagogia. Sob essa base, desenvolvem-se aspectos como: a socialização de experiências de formação de trabalhadores(as), a análise dos



fundamentos pedagógicos e metodológicos presentes nas experiências dos participantes, a avaliação das atividades realizadas e a sistematização das mesmas, seguido do aprofundamento teórico. A pedagogia da autogestão ocorre na atividade do trabalho onde trabalhadores e trabalhadoras compartilham a gestão da propriedade dos meios de produção de forma democrática. Os sócios do empreendimento solidário são desafiados a distribuir igualmente os frutos do trabalho e, no processo estrategicamente pensado como autogestão da pedagogia, possam unir saberes populares com outros sistematizados.

Verificou-se que a proposta educativa no ambiente de trabalho que deveria ser articulada com os espaços específicos (nos cursos e encontros), apresentou avanços e limites. Ao mesmo tempo em que educadores(as) afirmavam a compreensão de que a autogestão estaria na essência da economia solidária e, portanto, deveria ser praticada na totalidade da vida dos empreendimentos, perceberam-se resistências. Tal rejeição possivelmente tem a ver com o grau de exigência em termos de autonomia, iniciativa, criatividade, corresponsabilidade necessária para a prática da pedagogia da autogestão/ autogestão da pedagogia. Em que medida esta se coloca como um ideal a ser alcançado? Como trabalhadoras e trabalhadores conseguem transformar radicalmente o *ethos*<sup>3</sup> da cultura de trabalho tradicional (modelo capitalista) incorporado para praticar a autogestão?

Para que a autogestão se torne fundante na vida individual e social dos trabalhadores e trabalhadoras, é necessário trilhar por caminhos radicalmente novos de organização nos empreendimentos solidários (TIRIBA, 2006). A condição é superar a dicotomia entre quem toma as decisões e quem as executa, aspecto este típico da direção centralizada em hierarquias piramidais nos moldes das administrações tradicionais que, na verdade, não é mais bem-visto nem pelas empresas capitalistas.

### **Compreendendo e significando práticas**

Os cursos e encontros realizados tiveram a pretensão, por parte da equipe executiva e comitê metodológico, de criar uma dinâmica participativa na dinamização do processo de formação a partir das indicações dos conteúdos básicos indicados pelo projeto aprovado pela SENAES. A turma do primeiro curso, pelo menos em sua etapa inicial, era composta por lideranças mais experientes que contavam com um razoável acúmulo,

---

<sup>3</sup> O *ethos* caracteriza-se como uma matriz do modo cultural, de sabedoria implícita, da qual decorre um modo de compreender, de ser e agir no mundo (ADAMS, 2010).

seja em termos de compreensão dos temas a serem trabalhados, quanto ao tempo de militância na economia solidária. Já, na continuidade, isto é, os grupos subsequentes apresentaram-se com um perfil mais heterogêneo. Para garantir o número de pessoas determinado pelo termo de referência, o critério preponderante de escolha dos participantes passou a ser a disponibilidade ou possibilidade de liberação dos mesmos do trabalho nos seus empreendimentos ou entidades de apoio. Em consequência, as dificuldades de pôr em prática um processo autogestionário aumentaram ainda mais, o que gerou, por vezes, insatisfações, conflitos, sensação de perda de tempo.

A equipe executiva, apesar dos desafios, propôs-se a não abrir mão da metodologia da autogestão por entender que esta está na essência da economia solidária, constituindo-se assim uma proposta pedagógica coerente. A experimentação autogestionária na totalidade da vida dos empreendimentos solidários, espaço privilegiado para uma pedagogia da autogestão, aliada à autogestão da pedagogia nos momentos específicos de formação, deveria potencializar o avanço em direção a um projeto político de transformação da sociedade ancorado no fortalecimento das experiências de trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, a proposta pedagógica incluiu, igualmente, atividades junto à atividade cotidiana. “A formação de acordo com a pedagogia da autogestão tem que acontecer no espaço do trabalho dos empreendimentos; ou, se isso não é possível, ela deve ter esse espaço como referência”, afirmou um dos membros da equipe executiva do CFES/Sul.

Segundo uma das participantes, que também integrava o comitê metodológico, sempre havia divisões no grupo, entre os que tinham uma expectativa acadêmica como, por exemplo, estudar artigos, autores e aprofundar temas teóricos. Já outra parte do grupo se mostrava favorável a uma metodologia inspirada na educação popular que entendia ser mais coerente com a proposta da economia solidária. Se essa diversidade do grupo era verificada entre educadores, militantes de entidades ou de alguns empreendimentos já mais experientes, essa questão ficava ainda mais saliente com a presença de pessoas que contavam com experiência menor em empreendimentos solidários.

Inicialmente foi necessário o grupo chegar a algumas compreensões comuns em torno da educação popular, da proposta da pedagogia da autogestão e autogestão da pedagogia na economia solidária. Positivamente, a primeira discussão possibilitou um maior entendimento desse espaço peculiar de educação popular que possibilita aprender nas e com as relações de trabalho e com os desafios da produção econômica. Ou seja, a

formação na economia solidária está na sua especificidade: o processo de produção material da vida em que a autogestão caracteriza a forma de organização e gestão coletiva, a distribuição justa dos resultados e responsabilidades, bem como a propriedade coletiva<sup>4</sup> dos meios de produção. No processo coletivo de gestão do trabalho que trabalhadores(as) experimentam no seu empreendimento solidário oportuniza-se a mudança do *ethos* pela mediação da atividade do trabalho associado (ADAMS, 2010). As relações estabelecidas na atividade do trabalho oportunizam novas reconfigurações de compreensões, novas posturas e maneiras de agir.

As condições objetivas do trabalho, por elas mesmas, tornam-se uma mediação educativa para trabalhadores(as) associados(as), pelos aprendizados que oportunizam. Porém, somado a essa dinâmica, há igualmente o desenvolvimento de processos pedagógicos estrategicamente planejados com base em princípios de educação popular que potencializam o processo educativo. Dessa maneira, a formação que ocorre espontaneamente por meio da atividade do trabalho é complementada por momentos de cursos, seminários, encontros de avaliação e planejamento, etc., que tem em vista articular a dimensão técnico-produtiva com a perspectiva ético-política.

Na proposta de educação construída pelo movimento de economia solidária a educação popular está presente e pode potencializar o exercício da autogestão. Nascimento (2011) destaca que o trabalho associado oportuniza um modo indutivo de formação com referência na experimentação. “As experimentações de autogestão mobilizam os trabalhadores para uma tarefa concreta e, assim, adquirem no processo e modo indutivo uma formação para autogestão” (NASCIMENTO, 2011, p. 117). Na pedagogia autogestionária estão presentes dimensões inseparáveis como: a formação técnica; a social e política; e a formação cultural e moral. O diálogo e o agir democrático constituem-se elementos centrais no processo autogestionário. Trata-se de saberes que não se aprendem teoricamente, mas sim, praticando. Daí a insistência de Freire sempre atual: “Se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático” (FREIRE, 1976, p. 92). O mesmo pode ser dito em relação ao saber da autogestão, cujo processo educativo passa pela ação-reflexão-ação.

A autogestão incorpora ainda outros elementos da educação popular na compreensão e prática educativa: a intrínseca relação entre político e pedagógico,

---

<sup>4</sup> Em muitos casos, os meios de produção podem ser públicos (exemplo de uma usina de reciclagem) ou alugados.

indicando que não há educação neutra; a centralidade do ser humano como sujeito histórico por meio do trabalho; a dimensão ética e emancipadora como parte de um processo mais amplo de transformação social; e a compreensão de que o conhecimento se produz socialmente dentro de determinadas condições sociais (PALUDO, 2008).

Como os participantes têm percebido essa experiência autogestionária nas atividades de formação desenvolvidas no CFES/Sul? Segundo os depoimentos colhidos, era visível o “susto inicial”. De acordo com Katiucia Gonçalves <sup>5</sup>:

[...] em alguns momentos ela acontecia, mas em outros, ela (a prática da autogestão) deixou as coisas meio soltas... Houve um choque inicial frente à expectativa de receber conteúdo versus a proposta de construção coletiva de conhecimento (autogestão da pedagogia). Porque a gente vem condicionado nessa cultura, com o professor lá na frente e a gente aqui só esperando para receber o conhecimento. Quando a gente se deparou com o CFES, a gente se assustou, porque é completamente diferente. Mas à medida que a gente foi conhecendo a proposta e foi valorizando os nossos saberes, acho que a gente foi entrando na mesma e sentiu o efeito.

Perguntada se essa metodologia seria viável no processo de formação a ser multiplicado, a entrevistada respondeu:

Eu não sei se a metodologia dá certa ou não dá. Eu acho que para ela dar certo depende do grupo; eu acho que tem várias coisas que vão dizer se ela dá certo ou não... porque, às vezes, uma metodologia que dá errado também serve para a gente avaliar e ela pode dar certo em outro momento (Katiucia Gonçalves)

O depoimento de uma participante de um empreendimento da região oeste do Paraná apresenta indícios de que a proposta de educação popular ainda não foi assimilada: “O meu medo era não conseguir transmitir aquilo que eu aprendi pra equipe que trabalha no projeto comigo e pra várias mulheres, pros grupos [...]” (fala de uma participante). Será que a prática metodológica da autogestão durante alguns dias de curso consegue modificar o *ethos* da “educação bancária” (FREIRE, 1978) culturalmente arraigada? Possivelmente, a postura de preocupação pela transmissão exata de conteúdos aprendidos tende a continuar a mesma lógica de práticas anteriores. Curtos momentos de formação, mesmo que com metodologia participativa ou autogestionária, não foram capazes de levar a uma nova compreensão e prática. O *ethos* acadêmico de relação tradicional na forma escolar de transmissão de conteúdos

---

<sup>5</sup> Katiucia da Silva Gonçalves é membro de empreendimento chamado *Misturando Arte*, um grupo de artesãos. Participou desde o início das atividades do CFES/sul.

reproduz-se em todos os âmbitos da educação e não seria diferente na economia solidária.

Esses limites apontados não tiram, porém, o mérito da ousadia em buscar modificar esse caminho por meio da experimentação para chegar a novas compreensões.

Outro aspecto metodológico que busca valorizar a dimensão econômica na proposta educativa apresenta igualmente tensões e desafios em vista de alcançar uma relação mediadora entre educação integral e profissional, identificada em nossa pesquisa com a formação ético-política e técnico-produtiva. Na economia solidária não há separação entre o técnico, o econômico e o político. Contudo, os membros de empreendimentos, em função de suas necessidades imediatas apresentam, normalmente, uma forte preocupação pelas questões da formação técnica que resulte em melhorias no seu retorno econômico. Em vista disso, esperam uma formação voltada para o trabalho, para contribuir na solução dos “gargalos” que enfrentam no cotidiano. Para os membros do Comitê metodológico a relação entre o técnico e o político está permeada por tensionamentos.

Nos processos de discussão e depoimentos de entrevistados, como no exemplo abaixo, esses tensionamentos ficaram evidentes.

As entidades de apoio acabam tendo uma angústia e insistem muito em trabalhar prioritariamente o projeto político da economia solidária, o fortalecimento da sua identidade, conscientização do que implicam os princípios na perspectiva política. [...] Empreendimentos e entidades acabam, muitas vezes, fazendo uma dicotomia entre formação política e formação técnica. Qual a razão disso? Por que não entendem das questões técnicas? Ou por quais outras razões? (José I. Konzen<sup>6</sup>).

Esse aspecto aponta dificuldades concretas para praticar uma metodologia de educação popular capaz de estabelecer uma mediação potencializadora entre as duas dimensões citadas. Cabe aqui mencionar a proposta de educação profissional politécnica que desde a ótica dos trabalhadores(as) relaciona dialeticamente formação ético-política e técnico-produtiva de modo que elas(es) também possam apropriar-se do conhecimento e da cultura acumulados pela humanidade, com uma compreensão integral do processo produtivo; uma formação omnilateral, articulando práticas educativas e sociais.

De acordo com as compreensões do processo analisadas com base em depoimentos, observação participante e discussões em grupo, pode-se concluir que a

---

<sup>6</sup> José I. Konzen é educador do Centro de Assessoria Multiprofissional de Porto Alegre e atuou na equipe executiva do CFES/Sul.

perspectiva colocada é ousada. E como um horizonte utópico, inspira a prática de educadores e educadoras de empreendimentos e entidades que participaram das atividades do CFES/Sul. Mesmo que intangíveis na sua totalidade, passos foram dados, apesar da contradição dos tempos do projeto (na lógica governamental) que difere do tempo da dinâmica da vida social.

Por fim, vale dizer que a economia solidária, enquanto lugar de educação popular, oportuniza a intrínseca relação com a dimensão econômica como parte da sua identidade, tendo como centralidade o trabalho, seja na organização ou razão de existir. Ressalva-se que a educação popular sempre trabalhou a partir da dimensão material da vida, em que o econômico se constitui base, inserido no contexto de totalidade e dialética das relações sociais de produção. Porém, a economia solidária se constitui nesse espaço por excelência.

A questão de fundo que se coloca é: como sobreviver no mercado capitalista, sem abrir mão de princípios básicos de autogestão, enquanto prática do empreendimento e projeto de outra economia/ desenvolvimento? Esse imperativo para a pedagogia autogestionária sustenta que, se experiências locais e isoladas não edificam um socialismo, essas unidades de trabalho associado oportunizam, sim, um aprendizado prático de um modo socialista de viver que pode inspirar um modelo para toda a sociedade. Por essa compreensão, urge generalizar uma educação na e para a autogestão a partir das experiências de economia solidária, mesmo tendo presente que muitas destas se constituem um fim em si mesmo, perdendo de vista a perspectiva de articular-se com outras forças que lutam pela radicalização da democracia e construção de outra economia, de outro desenvolvimento com justiça social.

## Referências

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

ARGÜELO, Roberto Sáenz. Algumas Reflexões com Relação à Vigência e aos Desafios da Educação Popular no Contexto da VI Assembleia Geral do CEAAL. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação / UNESCO, 2006, p. 225-231.

BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Orgs.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: O saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

CFES Nacional. **Seminário Nacional de Assistência Técnica para a Economia Solidária – registros para a memória**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://cirandas.net/cfes-nacional/seminario-assistecnica.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Documento Final da Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://cirandas.net/cfes-nacional/conferencia-formacao-assistencia.pdf>>.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante**. Saber pensar e intervir juntos. 2ª.ed. Brasília: Líber Livro, 2008 (Série Pesquisa, v. 8).

FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. Saberes do Trabalho Associado. In: CATTANI, Antônio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina; CES. (Série Políticas Sociais). p. 293-298.

FREIRE, Paulo (1976). **Educação como prática da liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª. Ed.. São Paulo: Centauro, 2001.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set.-dez. 2005.

JARA H., Oscar. Ressignifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação / UNESCO, 2006, p. 233-239.

MEJÍA J., Marco Raúl. **Educación(es) en la(s) globalización(es)**: Entre el pensamiento único y la nueva crítica. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2006.

NASCIMENTO, Cláudio. Experimentação/ autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Orgs.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, 2011. p. 107-132.

PALUDO, Conceição. Educação Popular – dialogando com Redes Latino-Americanas (2002-2003). In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação / UNESCO, 2006, p. 41-61.

PUIGROSS, Adriana. **De Simón Rodríguez a Paulo Freire**. Educación para La integración iberoamericana. Buenos Aires: Colihue, 2010.

RAZETO, Luis et al (1990). **Las organizaciones económicas populares 1973-1990**. 3. ed. atual. Santiago: S.R.V. Impresos, 1990.

\_\_\_\_\_. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTI, Moacir; Gutiérrez, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 34-58.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 116-122, 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação / UFSC, Florianópolis: Editora da UFSC, NUP/CED, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008.

TORRES C., Alfonso. **La Educación Popular**: trayectoria y actualidad. Bogotá: Editorial El Búho Ltda, 2008.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.